

Promenades: o Passeio Público e o Jardim S. Pedro de Alcântara em dois romances queirozianos

Claudia Barbieri Masseran
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

A cidade de Lisboa não é, na obra queiroziana, apenas um espaço cenográfico que localiza as ações narrativas. Lisboa é uma das personagens mais trabalhadas pelo escritor português nos seus romances, nos seus contos, nas suas cartas. Este artigo privilegia, contudo, dois espaços da capital pouco mencionados pela fortuna crítica: o extinto Passeio Público e o Jardim S. Pedro de Alcântara, ambos essenciais nas tramas narrativas d'*O primo Basílio* (1878) e d'*A Capital! (começos duma carreira)*, romance publicado postumamente em 1945.

Palavras-chave: Eça de Queiroz; Lisboa; Passeio Público; Jardim S. Pedro de Alcântara.

Résumé

La ville de Lisbonne n'est pas, dans l'œuvre de Eça de Queiroz, un simple espace scénographique qui localise les actions narratives. Lisbonne est l'un des personnages les plus travaillés par l'écrivain portugais dans ses romans, ses nouvelles, ses lettres. Cet article privilégie toutefois deux espaces de la capitale peu mentionnés par la fortune critique: la Promenade Publique éteinte et le Jardin S. Pedro de Alcântara, tous deux essentiels dans les intrigues narratives du *Cousin Basilio* (1878) et de *La Capitale! (début de carrière)*, un roman publié à titre posthume en 1945.

Mots-clés: Eça de Queiroz; Lisbonne; Promenade Publique; Jardin S. Pedro de Alcântara.

Recebido em: 26/03/19
Aprovado em: 30/05/19

A escrita da cidade literária, quando toma como referência cidades reais, sobrepe diversos textos. Por um lado as referências a ruas, bairros, estabelecimentos resgatam uma série de significados urbanos, históricos e sociais que são tramados em uma nova tessitura, agora literária, que pode confirmar, repudiar, recriar, ressignificar estes valores.

Na obra de Eça de Queiroz (1845-1900) são frequentes as referências aos largos, jardins e praças da cidade de Lisboa. Em alguns desses espaços verdes as personagens caminham livremente por entre as alamedas repletas de árvores e de flores, onde acontecem passeios, encontros, namoros, divertimentos ou simples momentos de contemplação. Na década de 1870, Lisboa contava com poucos espaços públicos dessa natureza, sendo os mais importantes

o já demolido Passeio Público do Rossio, o Jardim S. Pedro de Alcântara, a praça do Príncipe Real e o Jardim da Estrela.

O Passeio Público é um *locus* de expressivo destaque na narrativa de *O primo Basílio*, sendo referenciado em diversos momentos e por diferentes personagens. Jorge, por exemplo, “conheceu Luísa, no Verão, à noite, no Passeio”. Ele “apaixonou-se pelos seus cabelos louros, pela sua maneira de andar, pelos seus olhos castanhos muito grandes. No Inverno seguinte foi despachado, e casou” (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 869).

Este romântico jardim figurava nos planos de reconstrução do marquês de Pombal e foi projetado pelo então arquiteto da cidade e, também, engenheiro-militar, Reinaldo Manuel dos Santos, sendo inaugurado em 1764. Era a concretização da ideia de dotar a cidade de um lugar público agradável, que todos pudessem frequentar. O Passeio foi construído em um local pantanoso conhecido, à época, como Hortas da Cera, que se localizava na parte norte do antigo paço da Inquisição, ao Rossio, resolvendo problemas de saneamento desses terrenos atulhados com os mais diversos vestígios daquilo que, na área, o terremoto de 1755 tinha reduzido a escombros.

O Passeio era limitado assim, ao norte, pela praça da Alegria de Baixo; a oeste, pela rua Ocidental; a leste, pela rua Oriental até a rua das Pretas e ao sul, em direção ao Rossio, pelo largo do Passeio Público.

O jardim de 300m x 90m era todo cercado por muros e possuía uma alameda central que ligava a rua Ocidental à rua Oriental; em ambos os lados deste caminho foram plantadas cinco fileiras de árvores dispostas regular e simetricamente de modo a formarem ruas secundárias. A entrada fazia-se, inicialmente, por uma cancela de madeira, pintada de verde.

Tinha banquetas de buxo tosquiado, um velho relógio de sol, meio gasto pelo tempo, junto da praça do Verde, bancos de pedra nas curvas das áleas, todo o aspecto do jardim português do século XVIII, muito policiado, muito aristocrata, inacessível aos homens de capote e aos maltrapilhos inapresentáveis, que uma lei rigorosa não deixava lá entrar. Era o jardim do tempo do Senhor Intendente Pina Manique — e foi este o seu primeiro período (ALMEIDA, 1917, p. 235).

Em 1834, após seguidas vereações liberais, o Passeio Público sofreu grandes modificações e foi completamente redesenhado. Os muros deram lugar a um gradeamento de ferro, a cancela a portões que se abriam tanto para o largo, quanto para a praça da Alegria. A maioria dos freixos e carvalhos foram arrancados, pois o novo projeto previa a criação de uma alameda central longitudinal (Fig. 1), com cerca de 20 metros de largura. Malaquias Ferreira Leal, o arquiteto responsável pelo projeto, colocou ainda: na entrada sul, um grande lago com repuxo (chafariz), ornado de tritões e sereias de pedra, trazido do antigo Palácio dos Estaus; dois outros lagos menores, um de cada lado da alameda central, com esculturas que simbolizavam o rio Tejo e

o rio Douro; e, por fim, no topo norte do Passeio, foi construído um terraço com cascata, uma espécie de mirante, que tinha acesso por duas escadas simétricas (Fig. 2) e, ao lado de cada uma, havia um portão de entrada que dava para a praça da Alegria de Baixo (CÂNCIO, 1963, p. 27).



Figura 1. Alameda principal do Passeio [ant. 1883]. Dimensão 13x18cm; fotógrafo: José Artur Leitão Bácia. Arquivo Municipal de Lisboa — Cota A7447.

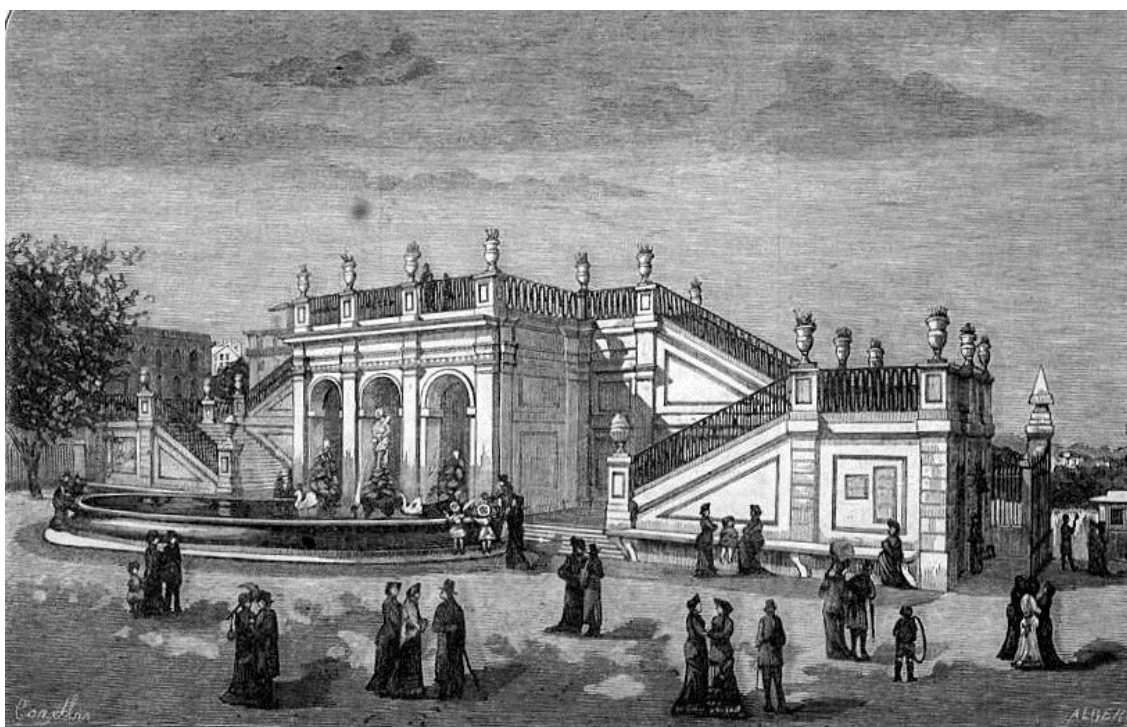


Figura 2. Entrada do lado norte do Passeio Público, desenho do natural por CAZELLAS, D. *O Occidente*, 159, p. 116, 21 maio 1883.

A partir desses melhoramentos, o Passeio Público começou a ser bastante frequentado pela sociedade lisboeta:

Sim! O Passeio Publico de Lisboa foi um civilizador, diz o Snr. Visconde de Castilho. Ali era um centro. Ali ouvia-se música muito boa, amava-se, devaneava-se, o lisboeta deixava de ser bicho, e sentia-se parisiense do Jardim das Tulherias. Nada mais agradável em verdade do que um amoravel domingo de primavera das duas às quatro, no Passeio Publico.

[...] Ao longo da brilhante rua principal, à sombra das magníficas ramadas, sentavam-se em fila, nas cadeiras dos pobres do Asilo da Mendicidade, centenas de pessoas, conversando, rindo. Outras centenas passeavam, encontravam-se, meneavam ao sol as suas elegâncias. Aquilo era um salão imenso: o mais aristocrático possível, e também o mais plebeu possível.

À noite, durante a época do bom tempo, efectuavam-se igualmente concertos por bandas e filarmónicas de craveira variável. [...] Foi certamente com o pensamento numa destas noites deliciosas do Passeio Publico, quando os acordes musicais se diluíam por entre a ramaria do arvoredo do velho parque e a lua por vezes espreitava através da folhagem, que Eça de Queiroz escreveu algumas das páginas do seu romance *O Primo Basilio* (MESQUITA, 2006, p. 319-320).

Alfredo Mesquita recorda com saudades os tempos do Passeio Público. Como o olisipógrafo descreveu, o espaço não era apenas um local de passeio para a sociedade lisboeta, mas também onde ocorriam festas e outros tipos de diversões. Nas noites de verão, segundo Françoise Le Cunff, além da iluminação a gás (Fig. 3), organizavam-se queima de fogos de artifício, havia concertos todos os domingos e dias santos, festas temáticas, exposições e venda de flores, espetáculos acrobáticos, bailes infantis e, sobretudo, festas de beneficências:

Os entretenimentos e os fins caritativos a que se destinavam estas festas justificavam a massiva presença do público nestas noites especiais. Pouco a pouco, o Passeio Público do Rossio foi-se impondo como o local de encontro de todas as classes sociais que ali se juntavam, embora sem necessariamente se misturarem. Por detrás do seu ar convivial e interclassista, aquele jardim era objecto de alguma segregação social. A frequência do Passeio Público pelos diferentes grupos sociais era distinta segundo os dias da semana. As quintas-feiras eram consideradas de «bom tom» ao contrário dos domingos, desprezados pelos mais «chiques» porque o acesso gratuito favorecia a amálgama social. Além desta hierarquização que se estendia, inclusive, às próprias horas do dia, verificava-se uma outra relativa à própria utilização física do espaço: havia os que frequentavam a rua central, e os que se mantinham nas ruas secundárias. A presença de membros da família real e do *high life* em alguns acontecimentos que decorreram ali, nomeadamente nas festas caritativas, fazia com que a burguesia também fosse atraída pelo desejo de comparecer num jogo complexo de emulação, identificação e exibição (LE CUNFF, 2003, p. 181).

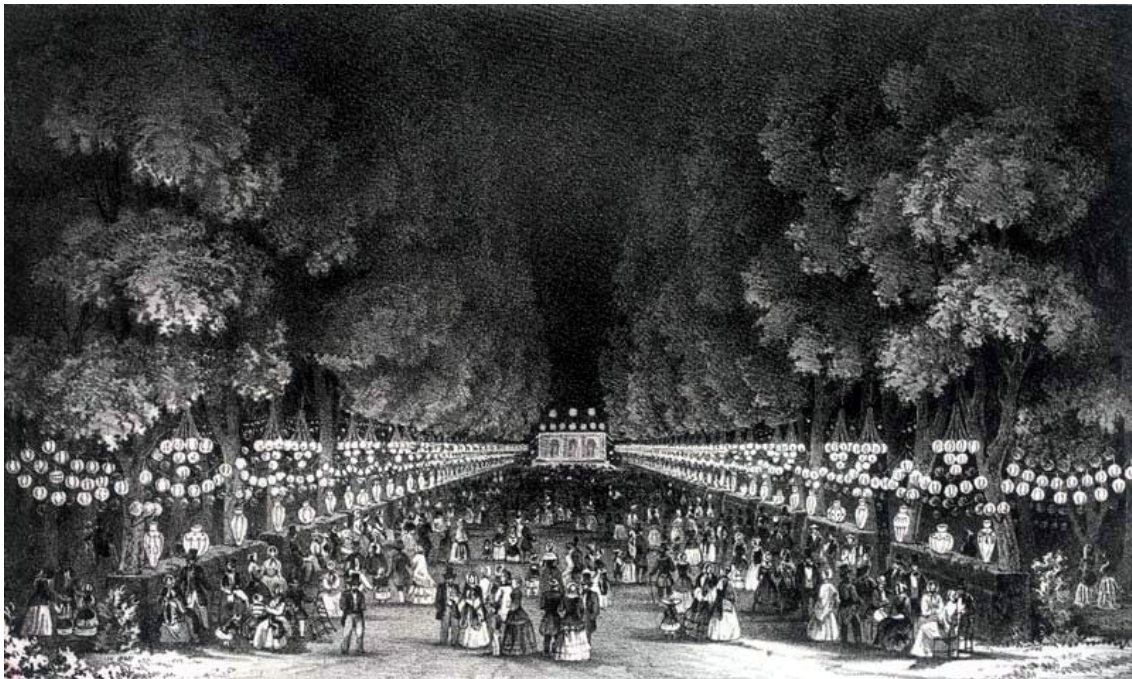


Figura 3. Iluminação noturna. Litografia de As. Castro, Lisboa, s/d. MADUREIRA, Nuno Luís. *Lisboa luxo e distinção (1750-1830)*. Lisboa: Fragmentos, 1990. p.89.

Foi justamente em uma noite de verão, de benefício, que Luísa e D. Felicidade decidiram ir ao Passeio Público. Luísa, toda vestida de preto, de chapéu, muito séria, com um véu branco; D. Felicidade, muito encalmada, esbaforida e bastante ansiosa com a possibilidade de encontrar o Conselheiro:

Aquela hora D. Felicidade e Luísa chegavam ao Passeio.

Era benefício; já de fora se sentia o bruaá lento e monótono, e via-se uma névoa alta de poeira, amarelada e luminosa.

Entraram. Logo ao pé do tanque encontraram Basílio. Fez-se muito surpreendido, exclamou:

— Que feliz acaso!

Luísa corou; apresentou-o a D. Felicidade.

[...] Na água escura e suja as luzes do gás torciam-se até uma grande profundidade. As folhagens em redor estavam imóveis, no ar parado, com tons de um verde lívido e artificial. Entre os dois longos renques paralelos de árvores mesquinhas, entremeadas de candeeiros de gás, apertava-se, num empoeiramento de macadame, uma multidão compacta e escura; e através do rumor grosso, as saliências metálicas da música faziam passar no ar pesado, compassos vivos de valsa.

[...] Luísa quis se sentar.

Um garoto de blusa, sujo como um esfregão, correu a arranjar cadeiras; e acomodaram-se ao pé de uma família acabrunhada e taciturna.

— Que fizeste tu hoje, Basílio? — perguntou Luísa.

Tinha ido aos touros (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 923-924).

Luísa e D. Felicidade entraram pela parte sul do Passeio e logo ao pé do chafariz principal encontraram com Basílio. Por ser uma noite quente e de benefício, o jardim estava lotado, com muitas pessoas caminhando, dançando, ou apenas sentadas nas cadeiras do Asilo, conversando. A adjetivação utilizada para descrever a paisagem do Passeio estabelece um paralelismo entre os objetos e as pessoas: assim, a vegetação apresenta um aspecto lívido e artificial; o ordenamento das árvores torna-se mesquinho, tal qual as pessoas que por lá se encontram. Eça de Queiroz constrói literariamente o trecho como uma espécie de caricatura, onde determinadas características assumem proporções disformes, exageradas, que beiram o grotesco, como, por exemplo, o garoto “sujo como um esfregão”. Por alguns instantes as personagens se entretêm, justamente, observando os tipos e as *toilettes* extraordinárias das mulheres e dos homens, uma vez que o Passeio era entendido como a extensão de um salão, onde elas deveriam se mostrar em suas melhores roupas e em seus melhores penteados. Todavia, isso não significava que a sociedade presente vestia-se com elegância, pois os excessos são abundantes e peculiares.

Neste fragmento, Basílio faz referência, também, à sua ida aos touros, outro divertimento bastante característico das tardes de domingo da segunda metade do século XIX. Até 1892 funcionou, no Campo de Sant’Ana, uma Praça de Touros¹ que atraía muitas pessoas que para lá iam assistir aos espetáculos tradicionais e fazer as suas apostas nos toureiros.

Basílio achou as touradas uma sensaboria, uma verdadeira pasmeira. Reclamou da qualidade dos touros e dos cavaleiros. No Passeio, os três seguem conversando e D. Felicidade principia a enfasiar-se, uma vez que o Conselheiro não aparecera. Todavia, no coreto, a banda militar começa a tocar os primeiros compassos da marcha do *Fausto*, de Charles Gounod, ópera que serve de trilha musical permeando e incutindo significados ao longo de todo o romance. A música vibrante desperta a incomodada senhora e, também, todos os que estão presentes:

Luísa olhava, calada. A multidão crescera. Nas ruas laterais mais espaçosas, frescas, passeavam apenas, sob a penumbra das árvores, os acanhados, as pessoas de luto, os que tinham o fato coçado. Toda a burguesia domingueira viera amontoar-se na rua do meio, no corredor formado pelas filas cerradas das cadeiras do asilo; e ali se movia entalada, com a lentidão espessa de uma massa derretida, arrastando os pés, raspando o macadame, num amarfanamento a garganta seca, os braços moles, a palavra rara. [...] D. Felicidade propôs uma volta. Levantaram-se, foram rompendo devagar; as filas das cadeiras apertavam-se compactamente, e uma infinidade de faces a que a luz do gás dava o mesmo tom amarelado olhavam de um modo fixo e cansado, num abatimento de pasmeira. Aquele aspecto irritou Basílio, e como era difícil andar lembrou — “que se fossem daquela sensaboria”.
Saíram (EÇA DE QUEIROZ, 1979, 926-927).

¹ Em 1892 foi inaugurada, em Campo Pequeno, a nova Praça de Touros, com projeto do arquiteto António José Dias da Silva.

O Passeio Público, como é possível perceber neste fragmento, torna-se outro *locus* de exibição para a sociedade lisboeta. O espaço é ocupado diferentemente pelas diversas classes sociais. Assim, as ruelas secundárias são frequentadas por uma parcela da população que não queria ser claramente observada: os namorados, os mais pobres, as viúvas. Em 1874, a Câmara deliberou que a entrada ao Passeio seria gratuita aos domingos, inclusive à noite (CASTILHO, 1939, p. 168). Antes, a gratuidade acontecia até às 18 horas, momento no qual uma sineta tocava para avisar de que deviam se retirar todos aqueles que não queriam pagar o ingresso. As apresentações da banda militar ocorriam apenas no período noturno.

A nova deliberação aumentou consideravelmente a frequência das classes mais baixas no Passeio, proporcionando uma convivência forçada entre as diversas camadas sociais. Todavia, as classes mais abastadas desfilavam de forma compacta apenas na alameda central, em um incansável vai-e-vem e permaneciam, principalmente, neste eixo, dentro dos limites impostos por ele.

O Conselheiro Acácio dizia que nunca ia ao Passeio Público, principalmente aos domingos, por causa da grande afluência da população. A multidão — segundo ele — causava-lhe vertigens. Em uma conversa com Basílio, quando este acusa o Passeio de ser “simplesmente idiota”, no domingo, o Conselheiro responde:

— Não serei tão severo, Sr. Brito! — Mas parecia-lhe que com efeito antigamente era uma diversão mais agradável. [...] — Além disso havia a questão dos preços... Ah! Tinha estudado muito o assunto! A gratuidade favorecia a aglomeração das classes subalternas... Que longe do seu pensamento lançar desdouro nessa parte da população... As suas idéias liberais eram bem conhecidas. — Apelo para a senhora D. Luísa! — disse. — Mas enfim, sempre era mais agradável encontrar uma roda escolhida! (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 933).

A gratuidade de entrada permitia também que Juliana frequentasse o Passeio nas tardes de domingo. Ela compreende o apelo exibicionista desse espaço urbano e sente uma enorme satisfação em fazer parte dessa encenação. O narrador ao apresentar esta personagem, no terceiro capítulo do livro, descreve algumas de suas atitudes que seriam reveladoras do seu caráter, da sua personalidade, da sua maneira de ser. Assim, entre estas particularidades, tomamos conhecimento da vaidade da criada de Luísa:

Fazia no entanto o seu serviço, ninguém tinha nada que lhe dizer. O olho aberto sempre e o ouvido à escuta, já se vê! E como perdera a esperança de se estabelecer, não se sujeitava ao rigor de economizar; por isso ia-se consolando com algumas pinguinhas, de vez em quando; e satisfazia o seu vício — trazer o pé catita. O pé era o seu orgulho, a sua mania, a sua despesa. Tinha-o bonito e pequenino.

— Como poucos — dizia ela — não vai outro ao Passeio!

E apertava-o, aperreava-o; trazia os vestidos curtos, lançava-o muito para fora. A sua alegria era ir aos domingos para o Passeio Público, e ali, com a orla do vestido erguida,

a cara sob o guarda-solinho de seda, estar a tarde inteira na poeira, no calor, imóvel, feliz — a mostrar, a expor o pé! (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 917).

Ter os pés pequenos era, para Juliana, motivo de orgulho. É oportuno lembrar que a moda feminina no século XIX mantinha a maior parte do corpo feminino inteiramente coberta, com exceção das extremidades. Deste modo o pescoço, os pés, as mãos e, por vezes, os antebraços atraíam muitos olhares masculinos. Francisco Câncio (1941) afirma que possuir os pés diminutos era a “quinta essência da beleza oitocentista, uma vez que por um pé pequenino cometiam-se loucuras” (CÂNCIO, 1941, p. 9).

Tal como Juliana, Luísa também se orgulhava de possuir os pés pequeninos, muito brancos, com veiazinhas azuis (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 871). Mas, ao contrário da patroa, Juliana sentia prazer ao exibir seus pés no Passeio e, para isso, gastava boa parte dos seus vencimentos nas botinas de polimento, que os deixava catitas.

É possível afirmar que a representação do Passeio Público em *O primo Basílio* é construída de modo a destacar o caráter ostensivo do espaço, reforçando, mais uma vez, a superficialidade e o lado frívolo da sociedade lisboeta. Júlio César Machado, no livro *Lisboa na rua*, coparticipa da mesma opinião e escolhe dar início ao texto comentando sobre o Passeio:

O Passeio Publico representa por si mesmo Lisboa na rua.

A Lisboa que sae. A Lisboa que se mostra. A Lisboa que vê e quer ser vista. A Lisboa que se arrasta. A Lisboa que boceja. A Lisboa que namora. A Lisboa que esmóe — encontram-se no Passeio Publico (MACHADO, 1874, p. 7).

Já o olisipógrafo Alfredo Mesquita descreve a importância deste espaço verde para a vida urbana da capital, que, no seu julgamento, estava longe de ser cosmopolita, como outras cidades europeias coevas:

O *rendez-vous* da população era o Passeio Público, fechado com grades e encerrando numa única alameda poeirenta dois renques de árvores tristes. Ali se passeava aos domingos e quintas; ali se ouvia a música da banda regimental; ali se tomava o fresco nas noites de Estio; ali se apanhava o sol nas tardes de Inverno; ali se combinavam os casamentos e as esperas de touros; ali espareciam os velhos; ali se encontravam as criadas, as amas-de-leite e os militares da guarnição; ali brincavam as crianças; ali, finalmente, ia desaguar, canalizada por todas as ruas da Baixa, por todas as calçadas dos bairros altos, a vida de Lisboa, tal como ela era a esse tempo — monótona e melancólica (MESQUITA, 1903, p. 327).

Artur Corvelo, protagonista de *A Capital!*, é outro frequentador deste espaço verde alfacinha. Ia sempre aos domingos ao Passeio na esperança de encontrar a senhora do vestido

xadrez, personagem que figurava nas colunas sociais do *Século* como pertencente ao *high life* lisboeta. Mas isso nunca aconteceu.

Em uma outra passagem, quando Artur fica sabendo, por Melchior, que o *Século* não iria publicar um folhetim comentando a publicação do seu livrinho de versos, os *Esmaltes e Jóias*, ele sai furioso da redação do jornal:

Foi sentar-se para o Passeio, debaixo duma árvore — e ali ficou ruminando a sua cólera. Uma grande doçura parecia cair do alto azul, puríssimo: o rumor da cidade, chegava por fragmentos abafados, como se ficasse preso, enleado nas ramagens meias despidas. Um jardineiro regava. E na rua, onde a areia reluzia ao sol tépido, duas crianças muito loiras corriam, vigiadas por uma inglesa, [...]. Mas aquela paz de jardim burguês não o calçou: o mundo oficial, de que o «Século» era a expressão literária, parecia-lhe agora vil, duma vileza pequena, piegas, com alguma coisa de senil e de estúpido. [...] Lisboa impacientava-o já. E vinha-lhe como que uma desconolação de tudo, uma sensação de mal-estar; e bocejou enormemente, ergueu-se, foi arrastando os passos, enfasiado, até ao hotel (EÇA DE QUEIROZ, 1992, p. 310-311).

Aos poucos, o ambiente preguiçoso e agradável do jardim vai acalmando a revolta inicial de Artur, até conduzi-lo a um amortecimento dos seus sentimentos. Sua cólera e sua indignação contra as dificuldades encontradas para conseguir adentrar a alta sociedade lisboeta dissipam-se como os raios do sol por entre a ramaria das árvores.

Ainda neste fragmento é possível observar que a representação do Passeio não se pauta como um local de pura exibição para a sociedade, mas como um espaço agradável, de recreio, um ótimo endereço para se passar alguns momentos do dia e levar as crianças para brincar. O Passeio n^o *A Capital!* aparece então, com todas as qualidades de um parque urbano do século XIX: um sítio tranquilo que conferia salubridade e beleza à cidade, funcionando como uma espécie de retiro dentro do tecido urbano, deixando o trânsito de tipoias e os pregões, dos comerciantes de rua, do lado de fora das grades, onde o contato com a natureza enfim, tornava-se possível. Esta nova imagem do Passeio Público o aproximava, guardando as devidas reservas, de outros espaços verdes europeus, sendo o Jardim das Tulherias, em Paris, o mais referenciado na prosa queiroziana.

Entretanto, este refúgio ajardinado iria desaparecer da cidade poucos anos depois. Desde 1859 existia o projeto, na Câmara Municipal, de construir um grande *boulevard* que seguisse desde o Passeio até S. Sebastião da Pedreira, ao norte, o que permitiria, assim, estabelecer um eixo de expansão urbana. No entanto, somente quando José Gregório da Rosa Araújo (1840-1893) esteve à frente da presidência da Câmara, em 1879, o projeto de fato efetivou-se. Com desenho do então arquiteto do município Domingos Parente da Silva, a Avenida da Liberdade estava prestes a se tornar uma realidade.

Nem a falta de verba intimidou Rosa Araújo, que emprestou ao das Variedades e do Circo Price. Estes espaços teatrais foram demolidos em julho do mesmo ano, e, no mês seguinte, em 24 de agosto, procedeu-se à inauguração dos trabalhos para a abertura da nova avenida, inaugurada em 28 de abril de 1886. A Avenida da Liberdade emprestou uma nova feição à capital de Portugal. O espaço viria a assumir, posteriormente, um forte *status* social, pois era *chic* ser visto passeando a pé ou de tipoia por suas ruas macadamizadas.

E assim, desaparecia de Lisboa o agradável espaço do Passeio Público, deixando para trás muitas lembranças gravadas pela pena dos principais escritores portugueses. Sua paisagem, os tipos que o frequentavam, as festas, suas particularidades, sua posição estratégica dentro da malha urbana, a sociabilidade que proporcionava, enfim, toda a memória desse grande jardim pode ser conhecida por meio da leitura dos olisipógrafos e, também, pode ser reavivada pelas páginas queirozianas.

Do lado oeste do antigo Passeio Público, na colina do Bairro Alto, encontra-se o Jardim S. Pedro de Alcântara, outro espaço privilegiado na obra de Eça de Queiroz. Até hoje o jardim é um dos sítios mais visitados pelos turistas na cidade, que vão em busca de um dos mais belos panoramas de Lisboa.

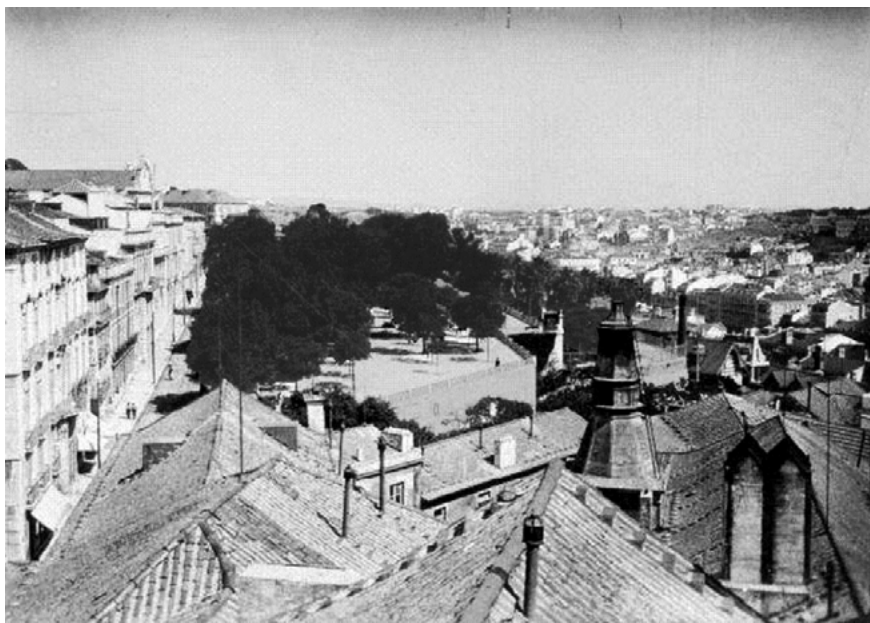


Figura 4. Panorâmica sobre o Jardim S. Pedro de Alcântara, tirada no início do século XX — 9x12cm; fotógrafo: Alberto Carlos Lima. Arquivo Municipal de Lisboa — Cota A14491.



Figura 5. Panorâmica tirada do Jardim S. Pedro de Alcântara, onde é possível observar parte da Baixa Pombalina e a encosta do castelo de S. Jorge, 1913; fotógrafo: não identificado. Arquivo Municipal de Lisboa — Cota A3643.

O Jardim S. Pedro de Alcântara começou a ser construído na década de 30 do século XIX e possui esta denominação por causa do Convento de Frades Arrábidos, do século XVII, que se localizava em frente. Havia no local muralhas das inacabadas obras do Aqueduto das Águas Livres, antigo projeto do século XVIII, que previa a construção de um grande reservatório para o abastecimento da zona oriental da cidade, que nunca chegou a realizar-se. Todavia, o local foi um vazadouro público até meados de 1830, quando os oficiais da Guarda Real de Polícia plantaram as árvores no patamar superior. Após este feito, o jardim começou a ser chamado de “Horta do Corpo da Polícia”. Em 1835, a autarquia passou a ser responsável por este espaço, construindo as duas escadas laterais que estabelecem a comunicação entre as duas partes, depois de gradear os planos superior e inferior. Agostinho da Silva foi o arquiteto responsável pelo trabalho de ajardinamento e de melhorias, que se realizaram entre 1839 e 1840, mandando, por exemplo, trazer dos Jardins do Palácio da Bemposta o tanque que ornaria o patamar superior. É dele ainda o projeto de decoração da parte inferior com 21 bustos de figuras mitológicas, históricas ou literárias, como Homero, Ulisses, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões (CÂNCIO, 1963, p. 357).

Francisco Cântio diz o seguinte sobre este agradável terraço jardim:

Além do Passeio Público, da Praça do Comércio e do Aterro, o lisboeta tinha ainda para espairecer, respirar um pouco de ar lavado e namorar, o Passeio de S. Pedro de Alcântara.

O Passeio de S. Pedro de Alcântara foi um dos lugares mais belos e mais verdejantes que a nossa Lisboa do Século XIX possuiu.

Debruçava-se — tal como hoje — sobre parte da cidade, semelhando uma grande varanda donde o visitante poderia — e pode — extasiar-se na contemplação da maior parte da Baixa, dos bairros do Castelo e da Graça e da casaria que trepa pelas colinas fronteiras.

Recinto do maior agrado, e que parecia afastado de Lisboa muitas léguas, pelo seu silêncio e ar bucólico (CÂNCIO, 1963, p. 360-361).

Curiosamente, quando se iniciaram as demolições do Passeio Público, a banda militar passou a tocar em S. Pedro de Alcântara, aumentando consideravelmente a afluência da população no local. Este vasto miradouro de Lisboa aparece n’*O primo Basílio* e n’*A Capital!*. Muitas vezes o local serve apenas como local de passagem, mas em dois momentos específicos as narrativas se detêm neste terraço jardim. Todos os dias, próximo ao meio-dia, Luísa saía de casa para ir se encontrar com Basílio no Paraíso. Certa manhã, quando ela descia a Rua Moinho de Vento, encontrou com o Conselheiro Acácio subindo a Rua da Rosa. Neste momento da narrativa tem início o longo passeio que juntos perfazem pela cidade de Lisboa, fulcral para o desenvolvimento da trama narrativa. Apesar de longa, transcreveremos na íntegra a descrição do panorama de Lisboa, visto do Jardim, uma das memoráveis passagens do romance, composta pela hábil pena queiroziana:

Tinham entrado em São Pedro de Alcântara; um ar doce circulava entre as árvores mais verdes; o chão compacto, sem pó, tinha ainda uma ligeira umidade; e, apesar do sol vivo, o céu azul parecia leve e muito remoto.

O Conselheiro então falou do estio; tinha sido tórrido! [...] Convidou-a mesmo a dar uma volta embaixo no jardim. Luísa hesitava. [...] Cobardemente, por inércia, enervada pela voz pomposa do Conselheiro, Luísa foi descendo, contrariada, as escadinhas para o jardim. De resto — pensava — tinha tempo, tomaria um trem...

Foram encostar-se às grades. Através dos varões viam, descendo num declive, telhados escuros, intervalos de pátios, cantos de muro com uma ou outra magra verdura de quintal ressequido; depois, no fundo do vale, o Passeio estendia a sua massa de folhagem prolongada e oblonga, onde a espaços branquejavam pedaços da rua areada. Do lado de lá erguiam-se logo as fachadas inexpressivas da Rua Oriental, recebendo uma luz forte que fazia faiscar as vidraças; por trás iam-se elevando no mesmo plano terrenos de um verde crestado fechados por fortes muros sombrios; a cantaria da Encarnação de um amarelo triste; outras construções separadas, até ao alto da Graça coberta de edifícios eclesiásticos, com renques de janelinhas conventuais e torres de igrejas, muito brancas sobre o azul; e a Penha de França, mais para além, punha em relevo o vivo do muro caiado, de onde sobressaía uma tira verde-negra de arvoredos. À direita, sobre o monte pelado, o castelo assentava, atarracado, ignobilmente sujo; e a linha muito quebrada de telhados, de esquinas de casas da Mouraria e da Alfama descia com ângulos bruscos até as duas pesadas torres da Sé, de um aspecto abacial e secular. Depois viam um pedaço do rio, batido da luz; duas velas brancas passavam devagar; e na outra banda, à base de uma colina baixa que o ar distante azulava, estendia-se a correnteza de casarias de uma povoaçãozinha de um branco de crê luzidio. Da cidade um rumor grosso e lento subia,

onde se misturavam o rolar dos trens, o pesado rodar dos carros de bois, a vibração metálica das carretas que levam ferraria, e algum grito agudo de pregão.

— Grande panorama! — disse o Conselheiro com ênfase. [...] (EÇA DE QUEIROZ, 1979, p. 1022-1023).

A descrição do panorama (Figs. 4 e 5), feita pelo narrador, segue a orientação da esquerda para a direita, terminando com a vista de uma porção do Tejo. O sol do meio-dia emprestava uma nota de luz às construções que destacava a caiação das paredes, definia os contornos dos prédios, marcava as volumetrias, as sombras, os cheios e os vazios. O texto se organiza em uma sequência de planos descritivos começando pelo vale onde ficava o Passeio Público, subindo pela Penha de França e Graça, atendo-se, por um instante, no representativo Castelo de S. Jorge, para logo em seguida derramar observações sobre a Mouraria e a Alfama, finalizando com as torres seculares da Sé, o rio, as embarcações, a Outra Banda. Todo este *skyline* que impressionava as personagens e que será recuperado em outras obras do escritor, como *Os Maias*, por exemplo, aparece na obra de Eça unicamente como paisagem. Toda esta vasta área urbana sempre descrita a distância, que sobreviveu ao terremoto de 1755, afirma-se apenas como uma vista. Os bairros que conformavam esta parte da cidade abrigavam as parcelas mais populares da população e guardavam, ainda, o traçado medieval: ruas estreitas, que obedeciam às curvas de nível do terreno, com as construções se amoldando à topografia íngreme. Das grades do jardim S. Pedro de Alcântara é possível observar toda uma outra face de Lisboa, não mencionada, não referenciada nos romances queirozianos.

Fradique Mendes escreve que “Lisboa só lhe agradava — como paisagem” e, talvez, este mote defina bem esta parte urbana esquecida: um admirável quadro para ser visto e apreciado tão somente de longe.

É possível, por este entrecho, conhecer melhor, também, as personagens: a cômica figura do Conselheiro, com toda a solenidade pomposa dos seus movimentos, as suas opiniões patrióticas, a proximidade das suas falas insípidas, a sua suposta respeitabilidade patética. Luísa com sua condescendência, sua personalidade passiva, seu espírito facilmente impressionável, que se deixa conduzir por qualquer pessoa com uma presença um pouquinho mais forte que a dela.

Há ainda nesta cena narrativa muitas referências sinestésicas que ampliam as percepções do espaço pelas personagens. As impressões visuais, auditivas e olfativas enriquecem sobremaneira o texto, fazendo com que o leitor evoque suas próprias memórias sensoriais. Alfredo Campos Matos escreve o seguinte sobre esta mesma passagem: “Não lhe falta sequer a notação minuciosa dos rumores característicos de uma capital provinciana, por volta de 1875, dos carros de bois, das carretas transportando as ferragens típicas das construções da época e também dos pregões” (MATOS, 1987, p. 26).

Apesar do uso de certos adjetivos desqualificadores, ao contrário do que afirma Campos Matos, o cenário vislumbrado por Luísa e pelo Conselheiro Acácio apresenta uma cidade viva, imersa em suas atividades diárias.

Na sequência da narrativa Luísa comenta que apreciava muito o jardim, mas desgostava das grades (Fig. 5), ao que o conselheiro responde que elas ali estavam para evitar os suicídios. Esta é outra observação presente no texto que se relaciona completamente com a realidade da época. Antes da década de 1860, o grande desnível existente entre a parte inferior do jardim e a Rua das Taipas proporcionava um local de grande risco, aproveitado por aqueles que queriam por termo às próprias vidas. Francisco Câncio comenta esta triste realidade: “O Passeio de S. Pedro de Alcântara foi também local preferido pelos suicidas. Quem estava farto da vida, chegava ao alto da muralha — que deita sobre a Rua das Taipas — e, atraído pelo abismo... catrapuz, deixava-se cair lá em baixo” (CÂNCIO, 1940, p. 15).

Foi assim que por conta da quantidade expressiva de acidentes, quedas e suicídios que a Câmara decidiu fechar, em 1864, todo o patamar inferior com um gradeamento com cerca de dois metros de altura, vindo do demolido Palácio da Inquisição, no Rossio, e que pode ser observado no jardim até os dias de hoje.

O passeio de Luísa e do Conselheiro Acácio tem continuidade por todo o coração urbano da cidade alfacinha: juntos eles descem a Rua de S. Roque, passam pelo Loreto, Luísa adentra a Igreja dos Mártires com o objetivo de despistar-se do Conselheiro, mas o artifício não surte efeito, pois o Conselheiro espera-a do lado de fora. Entram em lojas, descem a Rua Nova do Carmo, adentram o Rossio. Desesperada, pois seu encontro com Basílio no Paraíso, em Arroios, havia sido marcado para o meio-dia e já eram quase duas horas da tarde, Luísa inventa a urgência de ir chumbar um dente ao Vitry, na rua do Ouro, na Baixa. Tarde demais.

Basílio não estava mais no Paraíso. O retorno, antes do previsto, promove a grande discussão entre Luísa e Juliana. Contrariada, ao encontrar o seu quarto ainda por arrumar, Luísa desconta toda a sua raiva em Juliana, que revida: a criada revela à patroa que estava de posse das cartas de amor trocadas entre ela e o primo. Tem início assim, todo o processo de chantagem e controle de Juliana sobre Luísa.

O passeio funciona como um agente desencadeador da ação dramática, proporcionando diversas situações e sentimentos que lhe serão decorrentes: a frustração de Luísa, o desencontro com Basílio, seu desespero, sua desgraça.

No romance *A Capital!*, o Jardim S. Pedro de Alcântara apresenta-se outro. Artur Corvelo sai a passeio, pelas ruas de Lisboa, na sua primeira noite na capital. De tipoia, pois chovia e era inverno, vai até a casa de Damião, na Praça da Alegria, mas não o encontra, pois ele estava para o Algarve. Contrariado com aquela ausência, sentindo subitamente alargar-se em torno dele uma solidão inesperada, sai caminhando a esmo, numa espécie de *flânerie* urbana:

Foi então descendo ao acaso o Moinho de Vento, e ao passar por S. Pedro de Alcântara, penetrou sob as árvores e foi encostar-se às grades. A cidade cavava-se em baixo, no vale escuro, picado dos pontos de luz das janelas iluminadas, e, na escuridão, os telhados, os edifícios, faziam um empastamento de sombras mais densas. Aquelas luzes, debaixo daqueles tectos, que fermentação de vida! Quantos amores, quantos mistérios, crimes talvez! Ali, jornalistas compunham artigos, oradores preparavam discursos, estadistas conferenciavam, mulheres aristocráticas, nas suas salas, falavam de amores, e, nos pianos ricos, gemiam as cavatinas apaixonadas. Que grande, Lisboa! Voltara-lhe a mesma sensação, sempre repetida, de uma capital vasta, com uma intensa vida social, e olhava, vagamente exaltado, como se todas aquelas existências acumuladas lhe mandassem ao coração o bafo das paixões que lhes supunha. Uma aragem fria fê-lo encolher-se no seu *paletot* cor de pinhão. Foi descendo, parando junto às *vitrines* [...] (EÇA DE QUEIROZ, 1992, p. 187).

A vista panorâmica, passível de ser admirada do Jardim de S. Pedro de Alcântara, proporciona a Artur um distanciamento, como se nessa posição, se transformasse em um simples espectador de um quadro. Seu temperamento romântico, atizado pela bela vista, desperta-lhe a curiosidade e passa a imaginar, em uma espécie de devaneio, a vida dos habitantes da cidade.

A cena é construída como se Artur estivesse a espreitar sorrateiramente a cidade, como se estivesse a espiar por uma janela, invadindo-lhe a privacidade: “penetrou sob as árvores e foi encostar-se às grades”. Na escuridão, o contorno dos telhados e das construções se desvanece e se misturam os tons densos e sombrios. Na paisagem negra da noite, apenas as janelas iluminadas podiam ser vistas nitidamente como pontos brilhantes.

Artur, ao contemplar a paisagem noturna, imaginava que as pessoas ali, na capital, levavam vidas mais intensas e interessantes. A linguagem de seus devaneios românticos é lírica, cheia de excessos e de segmentos exclamativos. A escuridão da noite, o vento frio, trazem-lhe uma sensação de melancolia e solidão. Reaparece a impressão de estar oprimido, de não conseguir fazer parte de Lisboa, de não ter acesso aos espaços que deseja ardentemente frequentar. Começam os seus primeiros questionamentos: “Como conseguiria fazer conhecimentos, relacionar-se, viver, *furar*, naquela grande cidade rumorosa?” Percebe a fronteira que separa, que exclui pessoas como ele: simples, sem grandes fortunas, sem uma tradição familiar, sem títulos. Mesmo estando lá na cidade vasta, na grande cidade rumorosa, sente que uma parte dela lhe é completamente inacessível.

Comparando estes dois fragmentos, temos no primeiro uma admiração de pertencimento, de reconhecimento da paisagem, afinal Luísa e o Conselheiro Acácio eram ambos nascidos em Lisboa: no belo dia de verão, o sol meridional acentua as características paisagísticas, os morros, bairros, construções que eles conhecem de uma vida inteira vivida ali. N’*A Capital!*, o panorama é observado de maneira completamente oposta: em uma noite chuvosa de inverno, por um romântico rapaz da província, que junto às grades do Jardim, observa pela primeira vez aquele cenário e forma, assim, suas impressões iniciais da cidade. A escuridão,

a indefinição dos contornos, o desconhecimento afastam física e emocionalmente a cidade dele. A larga escala percebida propicia o enfrentamento da sua real condição: era um rapaz só, sem ninguém que o pudesse amparar, em uma cidade estranha, desconhecida e fechada em si mesma, nas suas tradições.

Dois espaços distintos, dois romances e percepções múltiplas para a cidade de Lisboa. A escrita da cidade perpassa por vários filtros: o olhar do escritor, o olhar do narrador e os olhares das personagens, cada qual com suas próprias opiniões e considerações a respeito do espaço urbano. As Lisboas traçadas pela pena do romancista, arquiteto de papel e de palavras, mostram-se personagens fascinantes, múltiplas, surpreendentes do belo e vasto universo criado por Eça de Queiroz.

Referências

- ALMEIDA, Mário de. *Lisboa do romantismo*. Lisboa: Rodrigues & Cia., 1917.
- CÂNCIO, Francisco. *Lisboa de outros séculos: cem anos de pitoresco*. Lisboa: Baroeth, 1940.
- _____. *Lisboa de outros séculos: o namoro lisboeta no século XIX*. Lisboa: Baroeth, 1941.
- _____. *Lisboa no tempo do Passeio Público*. Lisboa: Imprensa Barreiro, 1963. v. II.
- CASTILHO, Júlio de. *Lisboa antiga — Bairros orientaes*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1939. v. X, II Parte).
- EÇA DE QUEIROZ, José Maria. O primo Basílio. In: *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello e Irmão Editores, 1979. vol. I.
- _____. *A Capital! (começos duma carreira)*. Edição crítica preparada por Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- LE CUNFF, Françoise. Do Passeio Público ao Parque da Liberdade, *Revista Camões: revista de letras e culturas lusófonas*, Lisboa, n. 15/16, p. 179-186, jan./jun. 2003. Edição Especial Marquês de Pombal.
- MACHADO, Júlio César. *Lisboa na rua*. Lisboa: Empreza Horas Românticas, 1874.
- MADUREIRA, Nuno Luis. *Lisboa luxo e distinção (1750-1830)*. Lisboa: Fragmentos, 1990.
- MATOS, Alfredo Campos. *Imagens do Portugal queiroziano*. Lisboa: INCM, 1987.
- MESQUITA, Alfredo. *Lisboa*. Lisboa: Empreza de História de Portugal, 1903.
- _____. *Portugal pitoresco e ilustrado*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1903. Presente edição fac-similada. Lisboa: Arquimedes Livros, 2006.

Minicurrículo

Claudia Barbieri Masseran é professora adjunta de Literatura Portuguesa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Arquiteta e urbanista (2005) pela FAAC/UNESP. Mestre (2008) e doutora (2012) em Estudos Literários pela FCLAr/UNESP. Tanto a dissertação, quanto a tese versaram sobre o espaço lisboeta na obra do escritor português José Maria Eça de Queiroz (1845-1900).